

Licitação Compra - CIOP

De: Letícia - Contratos Alfalagos <contratos@alfalagos.com.br>
Enviado em: quarta-feira, 4 de setembro de 2019 15:04
Para: licitacaocompra@ciop.sp.gov.br
Cc: RAYLENEE
Assunto: SOLICITAÇÃO DE REEQUILIBRIO ECONOMICO - ONSORCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA - PRESIDENTE PRUDENTE
ANEXOS: DOCUMENTO .pdf; NF ANTIGA 279.791 ANLODIPINO.pdf; NF ATUAL 317.953 ANLODIPINO.pdf
Prioridade: Alta

A/C DO SETOR DE LICITAÇÃO.
Boa tarde Prezados,

Encaminho a vossa senhoria Notas fiscais e documentação anexa para análise dos itens :
ANLODIPINO 5 MG
Peço que levem em considerações nossos dizeres.
Qualquer dúvida estou à disposição e aguardo seu retorno.

Atenciosamente,



Letícia de Oliveira
Contratos

Av. Alberto Vieira Romão, 1700
Distrito Industrial - Alfenas - MG - CEP: 37135-516
Fone: (35) 3701-0450
www.alfalagos.com.br



Alfalagos Ltda

1397
CNPJ: 05.194.502/0004-67
Av. Alberto Vieira Romão, 1700
37135-516 Alfenas MG - Tel: (35) 321-3333
depcontratos@alfalagos.com.br / sc

ILMO(A). SR(A). PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA -PRESIDENTE PRUDENTE

PREGÃO PRESENCIAL: 2 08/2019
PROCESSO LICITATORIO: 12/2018

ALFALAGOS LTDA., pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 05.194.502/0004-67, estabelecida na Rua XV de Novembro, nº1810, Lote 6, Quadra 2, Vila Industrial XV de Novembro, na Cidade de Nova Odessa, Estado de São Paulo, CEP:13.385-100, devidamente representada, vem respeitosamente à presença de V.S., pelos fundamentos que a seguir passa a expor, **REQUERER** a recomposição do EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO pelos seguintes fatos e fundamentos.

1. DOS FATOS

A Requerente sagrou-se vencedora do procedimento licitatório em epígrafe, sendo adjudicatária dos seguintes itens citado em anexo.

Mediante análise da **PLANILHA DEMONSTRATIVA** em anexo, verifica-se o efetivo aumento dos valores dos itens em relação ao tempo da formulação da proposta, o que resta devidamente comprovado pelas Notas Fiscais relativas aos dois períodos.

Vale dizer também que os preços de muitos dos medicamentos comercializados no Brasil possuem variação de acordo com a cotação do dólar, consideradas ainda a expectativa de inflação, o preço dos insumos usados na produção etc. Logo, revela-se impossível à Requerente calcular, previamente, o grau de variabilidade dos preços dos medicamentos, o que é definido por fatores que fogem à simples previsão de mercado.



Alfalagos Ltda

1398
CNPJ: 05.194.502/0001
Av. Alberto Vieira Romão, 1700
37135-516 Alfenas MG - Tel (51)
depcontratos@alfalagos.com.br / sc

Tais fatos preenchem os requisitos que autorizam a *recomposição da equação econômico-financeira* do contrato administrativo, cuja possibilidade jurídica está assim disposta no ordenamento brasileiro.

2. DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

A necessidade de se preservar a equação econômico-financeira encontra guarida constitucional, no art. 37, inciso XXI, ao mencionar a manutenção das *condições efetivas da proposta*.

No plano infraconstitucional, a Lei Geral de Licitações e Contratos Administrativos prevê as hipóteses que autorizam o reequilíbrio da relação contratual entre a Administração Pública e a Contratada, o que se aplica também ao Pregão (Lei n. 10.520/02).

A disposição consta expressamente do art. 65, II, "d", que dispõe:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

(...)

II - por acordo das partes:

(...)

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

A garantia do equilíbrio da equação econômico-financeira obriga, portanto, o contratante a alterar a remuneração do contratado sempre que sobrevier circunstância excepcional capaz de tornar mais onerosa a execução.



Alfalagos Ltda

1299
CNPJ: 05.194.502/0001
Av. Alberto Vieira Romão, 1700
37135-516 Alfenas MG - Tel: (35)
depcontratos@alfalagos.com.br / sc

Marçal Justen Filho¹ vislumbra como requisitos para a recomposição:

- a ocorrência superveniente de eventos extraordinários, de cunho imprevisível ou de efeitos incalculáveis; ou
- a ampliação dos encargos ou das vantagens originalmente previstas

Assim, deverá haver o reequilíbrio quando ocorrer a denominada *álea econômica*, que corresponde à teoria da imprevisão, a qual é caracterizada (i) ou pela impossibilidade de prever os eventos dentro de um panorama de razoabilidade, (ii) ou pela inflação ou desvalorização monetária que não possa ser estimada previamente.

A forma de reajustamento apontada por Justen Filho que melhor se adequa ao caso demonstrado neste requerimento é a *revisão ou recomposição de preços*, que se funda na comparação entre situações existentes em dois momentos distintos: (1º) vantagens e encargos quando da formulação da proposta e (2º) em um momento posterior, por exemplo, *quando do fornecimento do bem objeto do contrato*.

Assim, resta devidamente comprovada a hipótese fática a possibilitar a adoção da referida medida, considerando o aumento substancial dos preços dos itens mencionados em anexo, o que é caracterizado, conforme explanado, por fatores diversos, tais como a variação do dólar, o encarecimento dos insumos etc.

Tais fatores adentram na hipótese legal permissiva da recomposição, enquadrando-se como *atos imprevisíveis* ou, ainda que previsíveis, de *consequências incalculáveis*.

Demonstradas tanto a ocorrência do fato quanto a sua adequação ao regramento jurídico, a recomposição pretendida deve ser encarada como um *direito da Contratada*, bem como um *dever da Administração Pública*, entendimento que está em conformidade com a melhor doutrina sobre a questão.

Por fim, vale ressaltar que, tendo como norte o *princípio da eficiência*, cabe à Administração Pública analisar com presteza o presente pedido, de modo a não

¹ Curso de Direito Administrativo. 9. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.



Alfalagos Ltda

CNPJ: 05.194.502/0001
Av. Alberto Vieira Ramôo, 1700
37135-516 Alfenas MG - Tel (35)
decontratos@alfalagos.com.br / sc

prejudicar o interesse público, a boa execução do contrato e a evitar prejuízos de ordem financeira à Contratada.

Logo, as ordens de fornecimento posteriores ao presente pedido somente deverão ser cumpridas pela Contratada após a sua regular análise e decisão pela Administração Pública, sob pena de comprometer o equilíbrio contratual, bem como os princípios da lealdade, boa-fé e da moralidade.

3. DO REQUERIMENTO

Por esses fatos e fundamentos, vem a Contratada ALFALAGOS LTDA. REQUERER a recomposição da equação econômico-financeira, procedendo-se à alteração dos preços reajustados, na forma da inclusa planilha demonstrativa.

Termos em que,
Pede deferimento.

Nova Odessa, 26 de agosto de 2019.

Raylenee Ap. C. Miranda
CONTRATOS / LICITAÇÕES
CPF 091.312.146-15

Raylenee Miranda
Departamento de Contratos/licitações
Alfalagos Ltda

1401



Alfalagos Ltda

CNPJ: 05.194.502/0001-14
Av. Alberto Vieira Romão, 1700 Dist. Industrial
37135-516 Alfenas MG - Tel (35) 3701-0450
decontratos@alfalagos.com.br / sac@alfalagos.com.br

PLANILHA DEMONSTRATIVA

A planilha abaixo demonstra qual o percentual acrescido ao preço de compra antes da licitação o que originou o valor ganho, e este mesmo percentual é acrescido ao preço do item na NF atual, o que dá origem ao valor reajustado.

Nº EDITAL	DESCRIÇÃO	VALOR UNITARIO	NF ANTIGA	VALOR DO ITEM NF ANTERIOR	NF ATUAL	VALOR DO ITEM NF ATUAL	PERCENTUAL ACRESCIDO	VALOR REAJUSTADO
15	ANLÓDIPINO SMG	0,023	279791	0,02	317953	0,03	27,78%	0,03

Raylenee Ap. C. Miranda
CONTRATOS / LICITAÇÕES
CPF 091.312.615-05

Raylenee Miranda

Raylenee Miranda
Departamento de Contratos/licitações

RECEBEMOS DE GEOLAB INDUSTRIA FARMACEUTICA S/A OS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA INDICADA ABAIXO. EMISSÃO: 30/05/2018 VALOR TOTAL: R\$ 36.000,00 DESTINATÁRIO: ALFALAGOS LTDA. - AV ALBERTO VIEIRA ROMAO, 1.700 DISTRITO INDUSTRIAL ALFENAS-MG

NF-e 1402
Nº. 000.279.791
Série 001

DATA DE RECEBIMENTO

IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR

IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE

GEOLAB INDUSTRIA FARMACEUTICA S/A
V PRINCIPAL 1-B, S/N
DAIA - 75132-085
ANAPOLIS - GO Fone/Fax: 06240154000

DANFE
Documento Auxiliar da Nota
Fiscal Eletrônica

0 - ENTRADA
1 - SAÍDA

Nº. 000.279.791
Série 001
Folha 1/1



CHAVE DE ACESSO

5218 0503 4855 7200 0104 5500 1000 2797 9119 0948 7641

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e
www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

NATUREZA DA OPERAÇÃO

Venda producao do estabelecimento /

PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO

152181353293805 - 30/05/2018 20:42:51

INSCRIÇÃO ESTADUAL

103233270

INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIBUT.

CNPJ

03.485.572/0001-04

DESTINATÁRIO / REMETENTE

NOME / RAZÃO SOCIAL

ALFALAGOS LTDA.

ENDEREÇO

AV ALBERTO VIEIRA ROMAO, 1.700

MUNICÍPIO

ALFENAS

CNPJ / CPF

05.194.502/0001-14

DATA DA EMISSÃO

30/05/2018

CEP

37130-000

DATA DA SAÍDA/ENTRADA

BAIRRO / DISTRITO

DISTRITO INDUSTRIAL

UF

MG

FONE / FAX

3532915047

INSCRIÇÃO ESTADUAL

0161892410050

HORA DA SAÍDA/ENTRADA

FATURA / DUPLICATA

Num. 0090253669

Num. 0090253669

Num. 0090253669

Venc. 29/06/2018

Venc. 29/07/2018

Venc. 28/08/2018

Valor R\$ 11.880,00

Valor R\$ 11.880,00

Valor R\$ 12.240,00

CÁLCULO DO IMPOSTO

DE CÁLC. DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLC. ICMS S.T.	VALOR DO ICMS SUBST.	V. IMP. IMPORTAÇÃO	V. ICMS UF REMET.	VALOR DO FCP	VALOR DO PIS	V. TOTAL PRODUTOS
36.000,00	4.320,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	756,00	36.000,00
VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESPESAS	VALOR TOTAL IPI	V. ICMS UF DEST.	V. TOT. TRIB.	VALOR DA COFINS	V. TOTAL DA NOTA
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.564,00	36.000,00

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

NOME / RAZÃO SOCIAL

TG TRANSPORTES GERAIS DISTR LTDA EP

FRETE POR CONTA

(0) Emitente

CÓDIGO ANTT

PLACA DO VEÍCULO

UF

CNPJ / CPF

03.562.929/0004-45

ENDEREÇO

AV CENTRAL S/N

MUNICÍPIO

GOIANIA

UF

INSCRIÇÃO ESTADUAL

103610979

QUANTIDADE

ESPECIE

MARCA

NUMERAÇÃO

PESO BRUTO

PESO LIQUIDO

334

668,000

668,000

DADOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS

CÓDIGO PRODUTO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO	NCM/SH	O/CST	CFOP	UN	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	B.CÁLC ICMS	VALOR ICMS	VALOR IPI	ALIQ. ICMS	ALIQ. IPI
1804635	BESILAPIN SMG C/ 500 COMP BESILATO DE ANLODIPINO TIP. TRIBUT + \n Lote: 1804635 Quant: 2068.000 Fab: 26/04/2018 Val: 30/04/2020 PMC: 25.00\n Lote: 1804977 Quant: 1272.000 Fab: 07/05/2018 Val: 31/05/2020 PMC: 25.00\n Lote: 1804978 Quant: 660.000 Fab: 07/05/2018 Val: 31/05/2020 PMC: 25.00	30049069	000	6101	UN	4.000.0000	9,0000	36.000,00	36.000,00	4.320,00		12,00	

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Inf. Contribuinte: REGIME ESPECIAL / AUTORIZAÇÃO PROVISSORIA PROTOCOLO N.527/04. DECRETO N.43.080 DE 13/12/02

RESERVADO AO FISCO

RECEBEMOS DE GEOLAB INDUSTRIA FARMACEUTICA S/A OS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA INDICADA ABAIXO. EMISSÃO: 29/07/2019 VALOR TOTAL: R\$ 5.000,00 DESTINATÁRIO: ALFALAGOS LTDA. - R 15 DE NOVEMBRO LOTE 6 QUADRA2, 1810 CONDOMÍNIO INDUSTRIAL 15 DE NOVEMBRO NOVA ODESSA-SP

NF-e 1403
Nº. 000.317.953
Série 001

DATA DE RECEBIMENTO

IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR

IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE

GEOLAB INDUSTRIA FARMACEUTICA S/A

V PRINCIPAL 1-B, S/N
DAIA - 75132-085
ANÁPOLIS - GO Fone/Fax: 06240154000

DANFE
Documento Auxiliar da Nota
Fiscal Eletrônica

0 - ENTRADA
1 - SAÍDA

1

Nº. 000.317.953
Série 001
Folha 1/1



CHAVE DE ACESSO

5219 0703 4855 7200 0104 5500 1000 3179 5314 1116 6166

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e
www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

NATUREZA DA OPERAÇÃO

Venda produção do estabelecimento /

PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO

152192386902843 - 29/07/2019 10:10:27

INSCRIÇÃO ESTADUAL

103233270

INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIBUT.

CNPJ

03.485.572/0001-04

DESTINATÁRIO / REMETENTE

NOME / RAZÃO SOCIAL

ALFALAGOS LTDA.

CNPJ / CPF

05.194.502/0004-67

DATA DA EMISSÃO

29/07/2019

ENDEREÇO

R 15 DE NOVEMBRO LOTE 6 QUADRA2, 1810

Bairro / Distrito

CONDOMÍNIO INDUSTRIAL 15 DE NOVEMBRO

CEP

13385-100

DATA DA SAÍDA/ENTRADA

MUNICÍPIO

NOVA ODESSA

UF

SP

FONE / FAX

3537010450

INSCRIÇÃO ESTADUAL

482081634114

HORA DA SAÍDA/ENTRADA

FATURA / DUPLICATA

Num. 001
Venc. 28/08/2019
Valor R\$ 5.000,00

CÁLCULO DO IMPOSTO

DE CÁLC. DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLC. ICMS S.T.	VALOR DO ICMS SUBST.	V. IMP. IMPORTAÇÃO	V. ICMS UF REMET.	VALOR DO FCP	VALOR DO PIS	V. TOTAL PRODUTOS
5.000,00	600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	105,00	5.000,00
VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESPESAS	VALOR TOTAL IPI	V. ICMS UF DEST.	V. TOT. TRIB.	VALOR DA COFINS	V. TOTAL DA NOTA
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	495,00	5.000,00

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

NOME / RAZÃO SOCIAL

UNIDOCK'S ASSESSORIA E LOGÍSTICA DE MATERIAIS LTDA

FRETE POR CONTA

(0) Emitente

CÓDIGO ANTT

PLACA DO VEÍCULO

UF

CNPJ / CPF

00.233.065/0001-87

ENDEREÇO

AV CECI 1900

MUNICÍPIO

BARUERI

UF

INSCRIÇÃO ESTADUAL

206078634118

QUANTIDADE

34

ESPECIE

MARCA

NUMERAÇÃO

PESO BRUTO

66,800

PESO LÍQUIDO

66,800

DADOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS

CÓDIGO PRODUTO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO	NCM/SH	O/CST	CFOP	UN	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	B.CÁLC ICMS	VALOR ICMS	VALOR IPI	ALIQ. ICMS	ALIQ. IPI
00000000000050803	BESILAPIN 5MG C/ 500 COMP BESILATO DE ANLODIPINO TIP. TRIBUT + PMC: 25.00	30049069	000	6101	UN	400,0000	12,5000	5.000,00	5.000,00	600,00		12,00	

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Inf. Contribuinte: PEDIDO Nº126

RESERVADO AO FISCO

Licitação Compra - CIOP

De: Licitação Compra - CIOP <licitacaocompra@ciop.sp.gov.br>
Enviado em: segunda-feira, 9 de setembro de 2019 16:06
Para: 'Letícia - Contratos Alfalagos'
Assunto: RES: SOLICITAÇÃO DE REEQUILIBRIO ECONOMICO - ONSORCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA - PRESIDENTE PRUDENTE

Boa tarde,

Favor enviar procuração que de poderes para representar pedidos da empresa.

Att.

Marcel Cardoso

Licitação/Compras e Contratos – CIOP
Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista
Tel.: (18) 3223-1116

De: Letícia - Contratos Alfalagos [mailto:contratos@alfalagos.com.br]

Enviada em: quarta-feira, 4 de setembro de 2019 15:04

Para: licitacaocompra@ciop.sp.gov.br

Cc: RAYLENEE

Assunto: SOLICITAÇÃO DE REEQUILIBRIO ECONOMICO - ONSORCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA - PRESIDENTE PRUDENTE

Prioridade: Alta

A/C DO SETOR DE LICITAÇÃO.

Boa tarde Prezados,

Encaminho a vossa senhoria Notas fiscais e documentação anexa para análise dos itens :
ANLODIPINO 5 MG

Peço que levem em considerações nossos dizeres.

Qualquer dúvida estou à disposição e aguardo seu retorno.

Atenciosamente,



Letícia de Oliveira
Contratos

Av. Alberto Vieira Romão, 1700
Distrito Industrial - Alfenas - MG - CEP: 37135-516
Fone: (35) 3701-0450
www.alfalagos.com.br

1405

Licitação Compra - CIOP

De: Letícia - Contratos Alfalagos <contratos@alfalagos.com.br>
Enviado em: quarta-feira, 11 de setembro de 2019 10:12
Para: 'Licitação Compra - CIOP'
Cc: RAYLENEE
Assunto: RES: SOLICITAÇÃO DE REEQUILIBRIO ECONOMICO - ONSORCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA - PRESIDENTE PRUDENTE
Anexos: PROC - ID - RAYLENEE - .pdf

Bom dia prezados,

Conforme solicitado encaminho documento solicitado

Atenciosamente,



Letícia de Oliveira
Contratos

Av. Alberto Vieira Romão, 1700
Distrito Industrial - Alfenas - MG - CEP: 37135-516
Fone: (35) 3701-0450
www.alfalagos.com.br

De: Licitação Compra - CIOP [mailto:licitacaocompra@ciop.sp.gov.br]
Enviada em: segunda-feira, 9 de setembro de 2019 16:06
Para: 'Letícia - Contratos Alfalagos' <contratos@alfalagos.com.br>
Assunto: RES: SOLICITAÇÃO DE REEQUILIBRIO ECONOMICO - ONSORCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA - PRESIDENTE PRUDENTE

Boa tarde,

Favor enviar procuração que de poderes para representar pedidos da empresa.

Att.

Marcel Cardoso

Licitação/Compras e Contratos – CIOP
Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista
Tel.: (18) 3223-1116

De: Letícia - Contratos Alfalagos [mailto:contratos@alfalagos.com.br]
Enviada em: quarta-feira, 4 de setembro de 2019 15:04
Para: licitacaocompra@ciop.sp.gov.br
Cc: RAYLENEE
Assunto: SOLICITAÇÃO DE REEQUILIBRIO ECONOMICO - ONSORCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA - PRESIDENTE PRUDENTE
Prioridade: Alta

A/C DO SETOR DE LICITAÇÃO.

Boa tarde Prezados,

1406
Encaminho a vossa senhoria Notas fiscais e documentação anexa para análise dos itens :
ANLÓDIPINO 5 MG
Peço que levem em considerações nossos dizeres.
Qualquer dúvida estou à disposição e aguardo seu retorno.

Atenciosamente,



Leticia de Oliveira
Contratos

Av. Alberto Vieira Romão, 1700
Distrito Industrial - Alfenas - MG - CEP: 37135-516
Fone: (35) 3701-0450
www.alfalagos.com.br



Livre de virus. www.avast.com.



1407
FALAGOS LTDA.

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: A empresa **ALFALAGOS Ltda**, com **MATRIZ** sediada à Av. Alberto Vieira Romão, 1700 Distrito Industrial CEP 37.135-516 - Alfenas - Minas Gerais, inscrita no CNPJ sob o nº 05.194.502/0001-14, Inscrição Estadual nº 016.189241.0050, e **FILIAL** sediada à Rua 15 de Novembro, 1810- Lote 6 - Quadra 2, Bairro: Vila Industrial 15 de Novembro - CEP: 13.385-100 - Nova Odessa - SP, inscrita no CNPJ sob o nº. 05.194.502/0004-67 e Inscrição Estadual sob o nº. 482.081.634.114, neste ato, representada por seu Sócio proprietário, **Sr. Natanael Pereira**, brasileiro, casado, empresário, residente à Rua Amélio da Silva Gomes, nº 48, Ap. 106, Edif. Bela Vista Centro, Alfenas/MG, CPF nº 502.690.546/34, RG nº M-4.112.771 SSP/MG, pelo presente mandato, credencia.

OUTORGADO: Sr. Sebastião Máximo Filho, R.G nº M 6.397.947 SSP/MG, CPF nº 034.008.496-00, brasileiro, casado, supervisor de vendas, residente e domiciliado na cidade de Alfenas - Minas Gerais.

OUTORGADO: Sr. Raylene Aparecida da Costa de Miranda, R.G nº MG 15.579.208, CPF nº 091.312.146.06, brasileira, casada, representante comercial, residente e domiciliado na cidade de Alfenas - Minas Gerais.

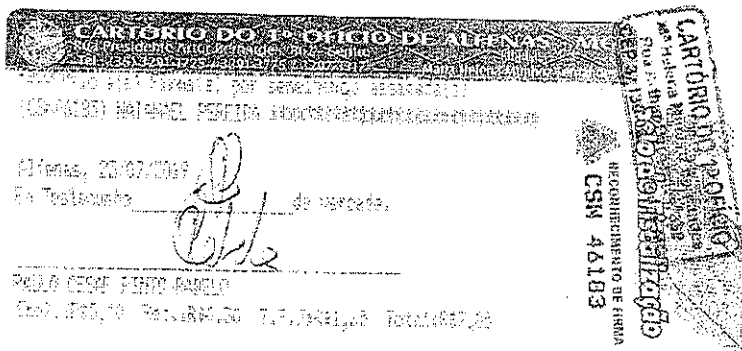
OUTORGADO: Sr. Frank Vilela Junqueira, RG nº 6.904.260 SSP/MG, CPF nº 000.320.656-47, brasileiro, casado, representante comercial, residente e domiciliado na cidade de Alfenas - Minas Gerais.

PODERES: Para representar o outorgante junto a Órgãos Municipais, Estaduais e Federais, praticar atos necessários com relação a **LICITAÇÕES**, usando dos recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe ainda, especiais poderes para desistir de recursos, interpor-los, apresentar lances, negociar preços e demais condições, confessar, transigir, firmar compromissos ou acordos, assinar declarações, contratos, propostas, e praticar todos os atos de bom e completo desempenho do presente mandato, **vedado o substabelecimento**.

A presente procuração tem validade até 30/09/2019.

Alfenas, 22 de Julho de 2019

Alfalagos Ltda
Natanael Pereira



1408
af

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888
PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE
JOÃO PESSOA

Av. Eptácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital¹ ou na referida sequência, foi autenticados de acordo com as Legislações e normas vigentes².

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos dos respectivos serviços de Notas e Registros do Estado da Paraíba, a Corregedoria Geral de Justiça editou o Provimento CGJPB Nº 003/2014, determinando a inserção de um código em todos os atos notoriais e registrais, assim, cada Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial contém um código único (por exemplo: **Selo Digital: ABC12345-X1X2**) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser confirmada e verificada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <http://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa **ALFALAGOS LTDA** tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa **ALFALAGOS LTDA** a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **24/07/2019 08:00:15 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa **ALFALAGOS LTDA** ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o Código de Consulta desta Declaração.

Código de Consulta desta Declaração: 1305242

A consulta desta Declaração estará disponível em nosso site até **23/07/2020 14:50:03 (hora local)**.

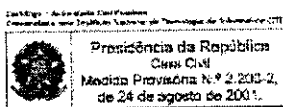
¹**Código de Autenticação Digital:** 23302307191449090743-1

²**Legislações Vigentes:** Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013 e Provimento CGJ Nº 003/2014.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b15711fb2287deb2ba9ce6a59c64013b644d5613a22f1deab5338a6378fc171b9619205da514e83f869515c782a328d3c35563e4a9ba7c57ca03b2c9446c4e3ac



14089
/

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE IDENTIFICAÇÃO

NOME
RAYLENE APARECIDA DA COSTA DE MIRANDA

DOC. IDENTIDADE - ORG. EMISSOR UF
 MG15579208 SSP MG

CPI
 091.312.146-06

DATA NASCIMENTO
 07/08/1989

FIUCAO
 JOSE SIMAO DE MIRANDA

IRENE APARECIDA DA COSTA DE MIRANDA

PERMISSAO **ACE** **CAT. HAB**
 [] [] []

Nº REGISTRO
 05280770195

VALIDADE
 14/12/2021

1ª HABILITACAO
 16/08/2011

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
1406633847

PROIBIDO PLASTIFICAR
1406633847

LOCAL
 ALFENAS, MG

DATA EMISSÃO
 15/12/2016

Assinatura
 Ana Cláudio Oliveira Perry
 Diretora DETRAN-MG
 15465811321
 MG504319248

Assinatura do Detentor

RAYLENE MIRANDA

CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

Autenticação Digital

De acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. Vº, 8º, 9º, 41 e 52 da Lei Federal 8.931/1994 e Art. 6º Inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato. O referido é verdade. Dou fé.

Cód. Autenticação: 23300301191007310459-1; **Data:** 03/01/2019 10:16:26

Selo Digital de Fiscalização Tipo Normal C: AHY45688-P8EV;
 Valor Total do Ato: R\$ 4,42

Confira os dados do ato em: https://seelodigital.tjpb.jus.br

Valter Araújo de Miranda Cavalcanti
 Titular

1410

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888
PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br

**DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL**

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada *Código de Autenticação Digital*¹ ou na referida sequência, foi autenticados de acordo com as Legislações e normas vigentes².

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos dos respectivos serviços de Notas e Registros do Estado da Paraíba, a Corregedoria Geral de Justiça editou o Provimento CGJPB Nº 003/2014, determinando a inserção de um código em todos os atos notoriais e registrais, assim, cada Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial contém um código único (por exemplo: *Selo Digital: ABC12345-X1X2*) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser confirmada e verificada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <http://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa ALFALAGOS LTDA tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa ALFALAGOS LTDA a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em 03/01/2019 10:42:55 (hora local) através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa ALFALAGOS LTDA ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o *Código de Consulta desta Declaração*.

Código de Consulta desta Declaração: 1143454

A consulta desta Declaração estará disponível em nosso site até 03/01/2020 10:17:58 (hora local).

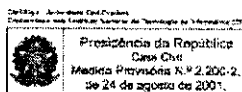
¹Código de Autenticação Digital: 23300301191007310459-1

²Legislações Vigentes: Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013 e Provimento CGJ Nº 003/2014.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f05712d69fe6bc05b5e74fd69b08024c37424ba64b2624f6250c512b2bdb170efe77d18302af62fe619205da514e83f869515c782a328d3ce94fa95fa96437b5b02612ad206c3846



14111

MEMORANDO

De: Setor de Compras, Licitações e Contratos

Para: Diretoria Jurídica

Assunto: Solicitação de Realinhamento de item – Pregão Presencial – SRP – nº 08/2019

Interessado: Alfalagos Ltda. ARP nº 20/2019

Encaminho para Parecer Jurídico a solicitação da empresa **ALFALAGOS LTDA**, às fls. 1.396/1.410, sobre realinhamento do item 15 referente à Ata de Registro de Preços nº 20/2019 (**Anlodipino 05 MG - GEOLAB**) em anexo às fls. 1325/1332.

Após, ao Diretor Executivo para decisão final.

Presidente Prudente, 12 de setembro de 2019



MARCEL DOS SANTOS CARDOSO

Chefe do Setor de Compras, Licitações e Contratos

Recebido em 12 / 09 / 2019

Setor Jurídico:



Rangel Strasser Filho

OAB/SP 309.164



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

1412
f

PARECER JURÍDICO

INTERESSADO(S): SETOR DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

ORIGEM: ALFALAGOS LTDA.

OBJETO: SOLICITAÇÃO DO REALINHAMENTO DO ITEM 15 - ANLODIPINO 05MG

RELATÓRIO

1. Trata-se de solicitação de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro referente ao item ANLODIPINO 05MG, cuja licitante se sagrou vencedora foi a empresa ALFALAGOS LTDA, sob a justificativa de "efetivo aumento dos valores dos itens em relação ao tempo da formulação da proposta".

2. A solicitante realiza o pedido de realinhamento do item ANLODIPINO 05MG (fls. 1.397/1.401), registrado na ata do Pregão Presencial nº 08/2019 de R\$ 0,023 para R\$ 0,03 (alega um percentual acrescido de 27,78%, entretanto analisando o aumento a ser arcado pela Administração denota-se uma diferença de 30,44%) e juntou documentos em fls. 1.402/1.403 (notas fiscais).

3. Os documentos ora analisados é a solicitação de revisão do item 15 (ANLODIPINO 05MG), recebido/protocolado em 04/09/2019, bem como os documentos de fls. 1.402/1.403 (notas fiscais de maio de 2018 e atualmente).

4. O Colendo Setor de Compras, Licitações e Contratos, solicita-nos parecer jurídico referente ao realinhamento de preço do item 15 - ANLODIPINO 05MG, licitado no PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2019 SRP MEDICAMENTOS RENAME - PROCESSO Nº 12/2019 pactuado com a empresa



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

requerente, ALFALAGOS LTDA, versando, em síntese, "aumento do preço em relação ao tempo da formulação da proposta".

5. Destarte, o Setor responsável solicita a esta Diretoria Jurídica o exame dos autos e a elaboração de parecer jurídico a respeito das providências a serem adotadas pela Administração do CIOP *in casu*.

6. Tecerei, portanto, considerações acerca da (im)possibilidade do realinhamento do preço nos moldes apresentado, de forma a orientar a decisão da autoridade competente quanto aos procedimentos a serem adotados no sentido de manter a impessoalidade e objetividade no âmbito do referido contrato administrativo.

ANÁLISE JURÍDICA

7. A empresa ALFALAGOS LTDA solicita o realinhamento de preço do item que logrou vencedora na licitação em tela, sob o argumento que houve um efetivo aumento de preço imprevisível em cerca de 27,78% do custo.

8. Alega em seu pedido que essa oneração do preço foi imprevisível, tornando-a, assim, merecedora de haver deferido o pedido para o realinhamento do preço constante da ata para manter o equilíbrio econômico-financeiro contratual. Fundamenta o seu pedido com base na Lei de Licitações e nos Princípios Gerais da Administração Pública.

9. Instrui tal pedido com documentos juntados aos autos às fls. 1.402/1.403 (notas fiscais).

10. Pois bem.

11. Possui como principal fundamento em seu pedido que como os medicamentos comercializados possuem uma variação em seu preço ante a flutuação do valor da moeda dólar o que torna imprevisível calcular previamente o preço a ser ofertado o que causou uma diferença em cerca de vinte e oito por cento, desde a época da proposta originária, causando desequilíbrio econômico-financeiro do compromisso assumido.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

12. A adaptação do contrato administrativo para as situações de álea extraordinária é medida basilar de tutela ao interesse público, sendo que para tanto necessita um fundamento. Tem se por motivo justo o que propicia uma situação de injustiça e de desequilíbrio na contratação e, por fato superveniente, o que ocorreu depois da fase de habilitação ou da formulação da proposta.

13. O pregão tem como principal diferença do processo licitatório geral a inversão das fases, com a fase de habilitação após a de julgamento das propostas, de modo que o descrito na Lei de Licitações incentivaria a participação irresponsável na fase de lances, podendo o licitante manifestar sua desistência depois de conhecer os preços dos demais concorrentes, o que é inadmissível.

14. Doutro norte, a Lei nº 10.520/2002, que dispõe sobre o pregão, não cogita qualquer hipótese de desistência de propostas, inferindo-se da norma a intenção de impor aos licitantes o dever de honrar a proposta formulada, rejeitando-se qualquer atuação destituída de comprometimento coma confiança que o Estado depositou no particular. Ademais, a rapidez no certame, que propicia o encerramento da disputa em breve espaço de tempo, também é pouco compatível com a desistência imotivada.

15. Por analogia, vislumbramos a solução contemplada no artigo 21, §4º, do Decreto nº 5.450/2005, que disciplina o pregão eletrônico. Ao analisar o referido artigo, leciona Marçal Justen Filho que: "Ali está previsto que o sujeito pode retirar (ou substituir) a sua proposta até a abertura da sessão de pregão. Ou seja, iniciadas as atividades licitatórias, em sentido próprio, não cabe a desistência (in Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 14ª Ed. São Paulo: Dialética, 2010, p. 610). No mesmo turno, o artigo 17 do Decreto nº 7.892 de 23 de janeiro de 2013 dispõe que os preços registrados somente poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, ao passo que o cancelamento do registro, conforme artigo 21 do mesmo diploma legal ocorrerá por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados.

16. No caso em tela, não se vislumbra qualquer fundamento plausível para considerar a proposta da empresa ALFALAGOS LTDA inexequível,



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

1415
f

como também não enxerga um real motivo para aceitar o argumento de que o alegado "aumento de preço imprevisível", uma vez que foram acostadas apenas notas fiscais. Sobre notas fiscais pontuo, resumidamente: Notas Fiscais não tem o condão de afastar a obrigatoriedade da entrega de outras provas, até porque percebesse, pela prática, que é comum empresas juntarem comprovantes fiscais um com data da época da contratação com a Administração Pública e a outra que foi emitida pouco antes do pedido de reequilíbrio, o que, inclusive, não ocorre no caso em comento. A empresa junta às fls 1401 uma **NOTA FISCAL DO EXERCÍCIO DE 2018**, ou seja, demonstra um preço praticado um ano precedente a ocorrência do processo licitatório.

17. Porém é necessário muito mais do que uma simples alteração nos preços de seus fornecedores para justificar o reequilíbrio econômico financeiro de um contrato, a legislação exige, na verdade, a ocorrência de pelo menos uma dessas 4 hipóteses: a) fato do príncipe; b) fato da Administração; c) fato superveniente imprevisível; ou, c) fato previsível, mas de consequências incalculáveis. AS NOTAS FISCAIS PROVAM AS CONSEQUÊNCIAS, mas não às causas. Em nenhuma das hipóteses acima, a apresentação de notas fiscais é suficiente para justificar a revisão de preços. Elas até podem provar as consequências, mas não as causas. Por isso, a parte interessada deve sempre instruir seu pedido com algum documento que reflita algumas das situações que foram expostas nas alíneas acima, porém, no presente caso, não o fez.

18. No caso não ficou demonstrada a ocorrência de fato superveniente e imprevisto, caso fortuito ou força maior, ou seja, não existe justo motivo para a empresa vencedora de parte do certame, recusar-se a entregar o item registrado em ata, principalmente por haver no mercado consumidor outros fabricantes do epigrafado medicamento. Em pesquisa diligenciada por esta autarquia, através do sistema "Banco de Preços em Saúde" nota-se que não houve alteração no **valor médio ponderado**, inclusive o preço que solicita para ser realinhado é o preço a época já praticado por seu fornecedor.

19. Importante trazer a baila a jurisprudência aponta como ordinária a variação cambial:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL - PRESCRIÇÃO -
INOCORRÊNCIA - INÉRCIA NÃO VERIFICADA -
CONTRATO ADMINISTRATIVO - EQUILÍBRIO



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

ECONÔMICO-FINANCEIRO - VARIAÇÃO CAMBIAL DO DÓLAR AMERICANO - RISCO DO NEGÓCIO (ÁLEA ORDINÁRIA) - INAPLICABILIDADE DA TEORIA DA IMPREVISÃO.

1. O instituto da prescrição está intimamente relacionado à inércia do titular do direito violado. Excetuadas as hipóteses de vício formal do ato e desídia da parte (incisos II e III do artigo 267 do CPC), a citação constitui causa de interrupção da prescrição, mesmo nas hipóteses de extinção do processo sem resolução do mérito. Precedentes do C. STJ.
2. De acordo com a teoria da imprevisão, diante de situações de anormalidade, autoriza-se a revisão da avença, a fim de que seja restabelecido o equilíbrio econômico-financeiro originalmente contratado.
3. Considerando o disposto no art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93, bem assim o entendimento doutrinário dominante, a revisão do contrato em nosso ordenamento jurídico, com espeque na teoria da imprevisão, demanda o preenchimento cumulativo dos seguintes requisitos: ocorrência de fatos imprevisíveis (ou, até mesmo, razoavelmente imprevisíveis) ou anormais; inimputabilidade do evento às partes; onerosidade excessiva a um dos contratantes.
4. In casu, seja quantitativamente (prejuízo absoluto da recorrente), seja sob o aspecto da **previsibilidade, a flutuação da moeda americana entre a data de apresentação da proposta e o termo limite de fornecimento das mercadorias importadas não configurou evento extraordinário e imprevisto. Pelo contrário, a variação cambial, tal como verificada no período, constituía risco ordinário do negócio.**
5. Em se tratando de contratos administrativos, os quais via de regra são precedidos de processo licitatório, a desconsideração da álea ordinária na composição dos preços pode ser extremamente prejudicial à competição, podendo, inclusive, redundar na seleção de propostas inexeqüíveis.
6. Apelação a que se nega provimento.

Acórdão

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Sexta Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, por



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

unanimidade, negar provimento à apelação, nos termos do relatório e voto que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

(Tribunal Regional Federal da 3ª Região TRF-3 -
APELAÇÃO CÍVEL : AC 32183 SP 0032183-
04.2001.4.03.6100) (Grifo nosso)

20. Assim como de acordo com o Egrégio Tribunal de Contas da União compreende que a mera variação de preço de mercado não é o suficiente para o reequilíbrio econômico:

1. A mera variação de preços de mercado não é suficiente para determinar a realização de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, sendo essencial a presença de uma das hipóteses previstas no art. 65, inciso II, alínea "d", da Lei 8.666/93. Diferenças entre os preços contratuais reajustados e os de mercado é situação previsível, já que dificilmente os índices contratuais refletem perfeitamente a evolução do mercado.

Acórdão 3024/2013-Plenário, TC 019.710/2004-2, relator Ministro Benjamin Zymler, 13.11.2013.

21. Portanto, levando-se em consideração que um dos objetivos do procedimento licitatório é o de selecionar a melhor proposta, necessário aqui ressaltar que o valor que solicita para ser adequado já era o praticado na época da assinatura da ata de registro de preço, assim como na realidade o novo preço na prática insurgiria um aumento de 30,44%, espera-se que ela seja feita com a acuidade e seriedade necessária pelo interessado em contratar com a Administração Pública.

22. Insta salientar que, o edital do certame, com supedâneo na Lei nº 10.520/2002, que dispõe sobre o pregão, estabelece expressamente quais as sanções aplicáveis aos licitantes, no caso de descumprimento, verbis:

"XII - SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO:

12.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar o Município pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

12.1.1 A execução irregular do contrato, que não resulte prejuízo ao CIOP ou ao Município Contratante poderá ser punida com Advertência;

12.1.2 A contratada poderá sofrer multa prevista na forma do item 12.3 e 12.4, nas hipóteses de mora, inexecução do contrato.

12.2 Caso a licitante declarada vencedora se recuse a receber/retirar a Nota de Empenho ou Ordem de Compra ou apresentar documento de habilitação técnica, ser-lhe-á aplicada a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total adjudicado, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração. 12.3 Expirado o prazo proposto para a entrega dos produtos, sem que a contratada o cumpra, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa, correspondente a 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho ou Ordem de Compra, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

12.3.1 A multa prevista no item anterior será aplicada até o limite de 20 % (vinte por cento) do saldo empenhado, o que não impede, a critério da administração, a aplicação da sanção a que se refere o item 12.1.

12.4 A inexecução parcial ou total do contrato poderá gerar multa de 20% (por cento) sobre o valor não adimplido, sem prejuízo do que concerne o item 12.1, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

12.5 O valor da multa poderá ser deduzido de eventuais créditos devidos pelos Município se quando por esta solicitado.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

1419

12.5.1 O prazo para pagamento de multas será de 30 (dez) dias corridos, a contar da intimação da infratora, após decisão apenadora.

12.6 Contra os atos de aplicação das penalidades previstas neste título deverão ser respeitados os princípios do contraditório e ampla defesa, abrindo-se prazo de 05 (cinco) dias úteis para Defesa, a partir da intimação, que poderá ser por carta com aviso de recebimento ou correio eletrônico.

12.7 As apurações acerca de inadimplência contratual serão realizadas pelo CIOP após realizada a comunicação do evento detalhado, com envio de cópia da Nota de Empenho ou Ordem de Compra, comprovante de recebimento pela empresa e Ata de Registro de Preço devidamente assinada e publicada.

23. Na hipótese do inadimplemento da proposta exarada pela empresa ALFALAGOS LTDA, poderá a Administração Pública aplicar a penalidade máxima sem deixar de observar aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, haja vista que, realizada a licitação na modalidade pregão, a própria lei estabelece tratamento rigoroso ao licitante convocado que não comparece para assinar o contrato, ou deixa de entregar os itens registrados em ata de registro de preços. Isso se deve, porque *“uma das vantagens do pregão consiste exatamente na celeridade que ele confere às contratações do poder público, celeridade que se perde caso o vencedor do certame não compareça para dar execução da proposta”*. (FURTADO, Lucas Rocha. Curso de licitações e contratos administrativos. Belo Horizonte: Fórum, 20074, p. 484).

24. Aliás, como bem alerta Jessé Torres Pereira Junior (in Comentários à lei de licitações e contratações da Administração Pública. 4. Ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1997. P. 538-539), a recusa do adjudicatário a contratar com a Administração *“frustra o propósito do certame e gera contingência que poderá ser danosa ao interesse público, se outra licitação houver de ser realizada, com a perda de tempo, de recursos e desatendimento às necessidades da Administração”*. É de se considerar que *“ao ingressar no torneio licitatório, cada concorrente deve estar disposto a contratar. A participação na licitação constitui, para cada licitante, uma declaração da vontade de vir a contratar com a Administração”*.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

25. Por consequência, não tendo à empresa licitante demonstrado a ocorrência de fato superveniente e imprevisível que justifique o não cumprimento da entrega dos itens registrados em ata, e não existindo qualquer vício no processo, mister se faz a manutenção do valor registrado e exigência do cumprimento e entrega do item em que a empresa ALFALAGOS LTDA sagrou-se vencedora, sob pena de aplicação das sanções supramencionadas no caso de descumprimento.

CONCLUSÃO

26. Ante o exposto e, com fulcro nas considerações acima aduzidas, esta Diretoria Jurídica opina:

I – Pelo mantimento do valor registrado do item em que a empresa ALFALAGOS LTDA sagrou-se vencedora, sob pena de aplicação das sanções descritas no instrumento editalício, no caso de descumprimento;

Por fim, encaminhe-se ao setor de compras, licitações e contratos, obedecendo aos trâmites legais, principalmente dando-se ampla publicidade.

Presidente Prudente/SP, 13 de setembro de 2019.

Dr. RANGEL STRASSER FILHO
Diretor Jurídico - OAB/SP 309.164

1179
8

Item	Descrição
000013	ALENDRONATO DE SÓDIO 70 MG
Fornecedor	Valor Unitário
DIMASTER COM DE PROD HOSP LTDA - Empresa vencedora deste item	R\$0,189
PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	R\$0,19
SOMA/SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.	R\$0,20
COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	R\$0,25
Detalhamento dos Lances	
04/04/2019 Hora - 15:02:27 Empresa - COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA Unitário - R\$0,25 Obs - ==>>DECLINOU<<==	
04/04/2019 Hora - 15:02:41 Empresa - SOMA/SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. Unitário - R\$0,20 Obs - Anterior: 0,25	
04/04/2019 Hora - 15:02:47 Empresa - PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA Unitário - R\$0,19 Obs - Anterior: 0,245	
04/04/2019 Hora - 15:02:53 Empresa - DIMASTER COM DE PROD HOSP LTDA Unitário - R\$0,189 Obs Anterior: 0,22	
04/04/2019 Hora - 15:03:01 Empresa - SOMA/SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. Unitário - R\$0,20 Obs - ==>>DECLINOU<<==	
04/04/2019 Hora - 15:03:09 Empresa - PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA Unitário - R\$0,19 Obs - ==>>DECLINOU<<==	

Item	Descrição
000014	ALOPURINOL 300 MG
Fornecedor	Valor Unitário
DIMASTER COM DE PROD HOSP LTDA - Empresa vencedora deste item	R\$0,189
COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	R\$0,19
MED CENTER COMERCIAL LTDA	R\$0,205
CIRÚRGICA ONIX EIRELI - ME	R\$0,206
ALFALAGOS LTDA	R\$0,207
Detalhamento dos Lances	
04/04/2019 Hora - 15:03:54 Empresa - COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA Unitário - R\$0,19 Obs - Anterior: 0,21	
04/04/2019 Hora - 15:04:10 Empresa - ALFALAGOS LTDA Unitário - R\$0,207 Obs - ==>>DECLINOU<<==	
04/04/2019 Hora - 15:04:44 Empresa - CIRÚRGICA ONIX EIRELI - ME Unitário - R\$0,206 Obs - ==>>DECLINOU<<==	
04/04/2019 Hora - 15:04:51 Empresa - MED CENTER COMERCIAL LTDA Unitário - R\$0,205 Obs - ==>>DECLINOU<<==	
04/04/2019 Hora - 15:05:00 Empresa - DIMASTER COM DE PROD HOSP LTDA Unitário - R\$0,189 Obs - Anterior: 0,199	
04/04/2019 Hora - 15:05:08 Empresa - COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA Unitário - R\$0,19 Obs - ==>>DECLINOU<<==	

Item	Descrição
000015	ANLODIPINO 5 MG

1180
2
H22
1

Fornecedor	Valor Unitário
ALFALAGOS LTDA - Empresa vencedora deste item	R\$0,023
CIRÚRGICA ONIX EIRELI - ME	R\$0,024
SOMA/SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.	R\$0,025
FRAGNARI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	R\$0,026
COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	R\$0,028

Detalhamento dos Lances

04/04/2019 Hora - 15:05:34 Empresa - COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA Unitário - R\$0,028 Obs - ==>>DECLINOU<<==
04/04/2019 Hora - 15:05:43 Empresa - CIRÚRGICA ONIX EIRELI - ME Unitário - R\$0,024 Obs - Anterior: 0,026
04/04/2019 Hora - 15:05:50 Empresa - FRAGNARI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA Unitário - R\$0,026 Obs - ==>>DECLINOU<<==
04/04/2019 Hora - 15:05:59 Empresa - ALFALAGOS LTDA Unitário - R\$0,023 Obs - Anterior: 0,025
04/04/2019 Hora - 15:06:05 Empresa - SOMA/SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. Unitário - R\$0,025 Obs - ==>>DECLINOU<<==
04/04/2019 Hora - 15:06:30 Empresa - CIRÚRGICA ONIX EIRELI - ME Unitário - R\$0,024 Obs - ==>>DECLINOU<<==

Item	Descrição
000016	ATENOLOL 50 MG
Fornecedor	Valor Unitário
MED CENTER COMERCIAL LTDA - Empresa vencedora deste item	R\$0,037
COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	R\$0,038
SOMA/SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.	R\$0,04
Detalhamento dos Lances	
04/04/2019 Hora - 15:13:13 Empresa - SOMA/SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. Unitário - R\$0,04 Obs - ==>>DECLINOU<<==	
04/04/2019 Hora - 15:13:29 Empresa - COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA Unitário - R\$0,038 Obs - ==>>DECLINOU<<==	

Item	Descrição
000017	AZITROMICINA 500 MG
Fornecedor	Valor Unitário
SOMA/SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. - Empresa vencedora deste item	R\$0,465
DIMASTER COM DE PROD HOSP LTDA	R\$0,469
CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	R\$0,495
Detalhamento dos Lances	
04/04/2019 Hora - 15:14:11 Empresa - CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA Unitário - R\$0,495 Obs - Anterior: 0,547	
04/04/2019 Hora - 15:14:19 Empresa - DIMASTER COM DE PROD HOSP LTDA Unitário - R\$0,494 Obs - Anterior: 0,522	
04/04/2019 Hora - 15:14:24 Empresa - SOMA/SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. Unitário - R\$0,49 Obs - Anterior: 0,5	

MEMORANDO

De: Setor de Compras, Licitações e Contratos

Para: Diretor Executivo

Assunto: Solicitação de Reequilíbrio Econômico Financeiro – Pregão Presencial – SRP – nº 08/2019 – Ata nº 20/2019

Interessado: Alfalagos Ltda.

Encaminho o Parecer Jurídico de fls. 1.412/1.422, que opinou pelo indeferimento do pedido de realinhamento do item 15 (Anlodipino 05mg), em razão de não haver sido demonstrado a ocorrência de fato superveniente e imprevisível justificável.

Presidente Prudente, 13 de setembro de 2019



MARCEL DOS SANTOS CARDOSO
Chefe do Setor de Compras, Licitações e Contratos

DESPACHO DO DIRETOR EXECUTIVO

Assunto: Solicitação de Reequilíbrio Econômico-Financeiro – Pregão Presencial – SRP – nº 08/2019 – Ata nº 20/2019

Interessado: Alfalagos Ltda.

Trata-se de pedido de cancelamento do item 15 (Anlodipino 05mg), às fls. 1.396/1.410, registrado na Ata de Registro de Preços nº 20/2019, alegando, em síntese, alta no preço do Dólar, bem como da inflação para a compra do produto.

O Setor Jurídico às fls. 1.412/1.422 opinou pelo indeferimento do realinhamento, fundamentando não haver fato superveniente e imprevisível justificante.

Isto posto, acolho na íntegra os fundamentos de fato e de direito esmiuçados no Parecer Jurídico às fls. 1.412/1.422, **DELIBERO** pelo **NÃO ACOLHIMENTO** da solicitação de realinhamento do item 15 (Anlodipino 05mg), realizada pela empresa **ALFALAGOS LTDA., CNPJ nº 05.194.502/0004-67**, mantendo-se os preços e condições anteriormente previstas, sob pena de aplicação das sanções administrativas previstas.

Publique-se.

Presidente Prudente, 13 de setembro de 2019



CARLOS AUGUSTO VRECHE
Diretor Executivo-CIOP